

ENTENDENDO AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CARTILHA SOBRE AVALIAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

2017

ENTENDENDO AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**CARTILHA SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS**

FICHA TÉCNICA

PESQUISA

Caroline Cruz

REDAÇÃO

Caroline Cruz

REDAÇÃO CARTILHA ORIGINAL

Caroline Cruz

Ismar Jones

José Pinto

Rósyton Nascimento

Ueslei Reis

Vinicius Ribeiro

EDIÇÃO E EDITORAÇÃO

Caroline Cruz

Flávio Reis

IMAGENS

Can Stock Photo

PROJETO GRÁFICO

Caroline Cruz

Flávio Reis

CAPA

Flávio Reis



Conceição, Caroline da Cruz
Entendendo Avaliação de Políticas Públicas: Cartilha sobre
Avaliação de Políticas Públicas Municipais / Caroline da Cruz Conceição.
-- Cachoeira, 2017.
30 f. : il

Orientador: Lys Maria Vinhaes DANTAS.
(Tecnologia em Gestão Pública) -- Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2017.

1. Avaliação de Políticas Públicas. 2. Gestão Municipal. 3.
Monitoramento e controle. I. DANTAS, Lys Maria Vinhaes. II. Título.

SUMÁRIO

Apresentação	4
Introdução	5
1.Entendendo Política Pública no Campo Social	6
1.1.O que são Políticas Públicas?	6
1.2.O que são Projetos Sociais?	8
2.Conhecendo a Avaliação	9
2.1.O que é Avaliação?	9
2.2.Por que avaliar uma Política Pública?	10
3.Avaliação como chave da formulação da Política Pública	11
4.Tipos de Avaliação	12
4.1.Avaliação por Tempo	12
4.2.Avaliação por Realizador	17
*Como contratar uma equipe de avaliação	19
4.3.Avaliação Participativa	20
5. Avaliação na Prática	21
5.1.Delineamento da Avaliação	21
5.2.Fluxo da Avaliação	22
5.3.Marco Lógico	23
5.4.Indicadores Sociais	24
Glossário	26
Onde pesquisamos	28

APRESENTAÇÃO

A avaliação e monitoramento de políticas públicas constituem em uma importante ferramenta de análise dos programas para a melhoria do processo de tomada de decisões. E assim permite aos tomadores de decisões (stakeholders) fazer a devida intervenção para a implementação do programa e visar a melhoria da comunidade, sendo estes, beneficiários e usuários.

E para explicar a importância da avaliação e monitoramento, fez-se necessária a articulação e formação dessa cartilha, para que os gestores e os técnicos-administrativos municipais, como também integrantes de conselhos municipais, tenham em mãos, de forma prática, os principais elementos da avaliação, visando todo o processo para que as políticas públicas sejam implementadas de forma viável.

Não temos receita de bolo para apresentar, até mesmo porque fazer avaliação é algo dinâmico, e existem várias formas de avaliar uma política, que não acertaríamos o ponto se nos fixássemos apenas em alguns ingredientes. Convidamos os leitores a percorrer por alguns caminhos e tipos de avaliação, otimizando custos e a qualidade de sua grande utilização em diversos projetos sociais.

A cartilha tem como objetivo ser uma ferramenta que estimule de fato o gestor, como também, todos os técnicos que fazem parte de um projeto de avaliação, e que realmente possa servir de inspiração.

Por isso, foi escolhido como título “Entendendo a Avaliação de Políticas Públicas”, para que o leitor possa realmente tirar as suas possíveis dúvidas e entender numa linguagem simples todo o seu processo.

Então mãos à obra. Leiam, divulguem e aproveitem bem o material.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Pelo grande número de políticas sociais implementadas nos últimos anos, e pela sua relevância para o cenário político brasileiro e do Recôncavo, foi elaborada a cartilha *“Entendendo a Avaliação de Políticas Públicas”*, com o propósito de auxiliar os gestores e os técnicos-administrativos municipais, como também os integrantes de conselhos municipais.

A Avaliação de Políticas Públicas é um tema que cada vez mais vem ganhando espaço na elaboração e implementação dessas políticas, pois através de uma boa avaliação é possível alcançar melhores resultados, como também, maior tempo para ajustes que possibilitem a sua eficiência.

A cartilha encontra-se dividida em uma breve descrição de política pública no campo social, conceituando políticas públicas e projetos sociais. Logo após, leva o leitor a entender o conceito e o porquê da avaliação e a sua importância para a formulação dessas políticas, explicitando, também, alguns tipos de avaliação que são mais utilizados em projetos sociais. Além disso, a cartilha apresenta técnicas para a contratação de uma boa equipe de avaliação.

Por fim, apresenta-se o tópico *“Avaliação na Prática”*, que traz em questão, os temas mais importantes e utilizados para a execução de uma avaliação, o *“Glossário”*, com o significado de algumas palavras utilizadas no texto e *“Onde Pesquisamos”*, com as referências de onde foram encontradas as informações para a confecção dessa cartilha.

1. ENTENDENDO POLÍTICA PÚBLICA NO CAMPO SOCIAL

1.1.O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?



Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta e indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Existem diferentes aspectos que definem as políticas públicas, tendo como ponto de partida o lugar em que cada indivíduo ou grupo ocupa na sociedade. Por esse motivo, a definição de política pública é ampla e pode variar conforme a visão de cada grupo.

Política pública é muito maior e mais amplo do que se imagina, já que envolvem vários atores desde o início do seu processo de elaboração e não há restrições para a sua participação. Por ser tão ampla, ela pode ter vários usos e objetivos. (BRASIL, 2008)

▪ Alguns Tipos de Políticas Públicas

Distributiva: tem como destinação distribuir recursos ou ampliar acesso à direitos para determinados grupos da sociedade, desfavorecidos ou em situação de risco. Elas vêm para causar um impacto maior sobre as necessidades individuais, como as daqueles afetados pela extrema pobreza.

Exemplos: Fome Zero e Bolsa Família

Redistributiva: destinadas à distribuição, porém diferente da política distributiva, pois esta atinge um maior número de pessoas e grupos sociais, e causa a perda de uns para que outros possam ser favorecidos. Devido a sua característica, este modelo causa conflitos diversos, pois há sempre diferentes interesses.

Exemplos: Política tributária, fiscal, previdenciária, entre outras.

Regulatória ou compensatória: são implementadas ou custeadas pelo Estado, e tem como objetivo resgatar ou minimizar distorções sociais ou injustiças sociais, que penalizam minorias a escassas oportunidades.

Exemplos: Políticas de ações afirmativas, como em áreas da educação, para indígenas e negros.

→ Por ser um conceito um tanto abstrato, um modo de entender melhor a política pública e o seu papel, é conhecer sua forma instrumentalizada de ação. Por isso, conheça um pouco mais sobre projetos sociais, a forma mais operacionalizada da política pública.

1.2.O QUE SÃO PROJETOS SOCIAIS?

Um projeto Social é uma ação social planejada, com começo, meio e fim estruturada logicamente em torno de objetivos e resultados a serem alcançados, dentro de parâmetros pré-definidos de tempo e de recurso. (ARMANI, 2001, p. 18)

Os Projetos Sociais, em suas características, são formas específicas de ação em sociedade. Eles são a forma de operacionalizar Planos e Programas. Projetos Sociais estão baseados em princípios tais como:

1. Ação planejada
2. Foco definido
3. Resultados
4. Cadeia de hipóteses de causa-efeito
5. Gerenciamento constante e flexível
6. Prazo definido
7. Recursos limitados



2. CONHECENDO A AVALIAÇÃO

2.1.O QUE É AVALIAÇÃO?

A avaliação da política pública é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática (ANDERSON, 1979 *apud* SECHI, 2013, p. 49).

- A avaliação de política pública é uma maneira de mensurar e validar propostas que foram selecionadas para serem executadas em determinada política, tendo por objetivo localizar falhas nos projetos, para que possam ser corrigidas e também, para identificar o sucesso de uma política pública.
- Avaliar a política é um dos estágios do ciclo das políticas públicas. É uma atividade permanente desde a identificação do problema até a análise de mudanças sociais.

É um instrumento de Gestão quando visa contribuir nas decisões a respeito da continuidade de aperfeiçoamentos necessários.

É um instrumento de Accountability quando visa informar aos usuários/beneficiários e a sociedade em geral, sobre seus desempenhos e impactos.

▪ **Objetivos da Avaliação**

- Alternativas de intervenção para resolver problemas;
- Assegurar a efetividade do processo de implementação;
- Detectar e corrigir desvios ou perturbações na trajetória de implementação;
- Incrementar a transparência nas organizações públicas.

2.2. POR QUE AVALIAR UMA POLÍTICA PÚBLICA?

De acordo com o Guia de Atitude (BRASIL, 2008), a avaliação serve para que se possa saber como andam as ações do Estado e é onde o controle social pode ser feito. A qualidade dos programas e das políticas públicas só é possível se existir o acompanhamento e avaliação da política e seu respectivo orçamento, identificando seus problemas, falhas e aspectos positivos. A avaliação deve ocorrer durante todo o processo de elaboração e implementação da política pública.



→ É de grande importância a avaliação de uma política pública, pois serve para verificar se a política implantada está cumprindo com os seus objetivos. A avaliação é importante porque permite analisar se os esforços feitos para gerar um estado de bem-estar social estão sendo efetivos, como também, visa contribuir para a melhoria da política pública e, conseqüentemente uma melhoria de vida dos indivíduos que sofrem a ação da política. (BRASIL, 2008)

CINCO PASSOS DE EXAME DE AVALIABILIDADE

1. O que é esperado da política, a partir do seu modelo lógico, identificando objetivos, recursos alocados e ações que se pretende executar;

2. Definição dos indicadores de desempenho a serem utilizados;

3. Investigação da realidade de implementação da política;

4. Aferição da exequibilidade da política, bem como a capacidade de mensuração de seu desempenho e de alcance dos objetivos planejados;

5. Subsídios para auxiliar a tomada de decisão sobre os aperfeiçoamentos que podem ser feitos na política e recomendação de avaliação.

3. AVALIAÇÃO COMO CHAVE DA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

A formulação é a etapa em que se identifica o problema e se planejam as alternativas de uma política, ou seja, as opções tecnicamente viáveis para sua solução. Estas alternativas surgem da teoria disponível e do conhecimento obtido das avaliações efetuadas anteriormente sobre políticas similares, feitas durante a implementação ou ao seu fim.

A avaliação é uma atividade que permite decidir sobre a conveniência de executar tal política pública e escolher a melhor alternativa.

Assim, **formulação e avaliação são duas faces de uma mesma moeda.** Ao ser formulada, a política precisa prever como será avaliada, de modo que seja possível a definição dos indicadores e etapas da avaliação. Por outro lado, a etapa de formulação conta com resultados de avaliação diagnóstica para que a política esteja mais próximo possível do atendimento da demanda dos seus beneficiários.

A avaliação, então serve de ponto de referência para a formulação da política pública, permitindo medir a sua eficiência, as relações existentes entre os custos e os seus impactos, assim como seus resultados e atingimento de seus objetivos. (CEPAL, 1997, p. 09)

4. TIPOS DE AVALIAÇÃO

Diante dos mais diversos tipos de avaliação existentes, foram escolhidos alguns tipos visando a qualidade de execução da avaliação, a sua viabilidade de utilização em projetos sociais, e que de certa maneira possa ser viável para a região do Recôncavo Baiano e suas esferas municipais.

4.1. AVALIAÇÃO POR TEMPO

As avaliações ex-ante e ex-post se caracterizam em função do momento em que se realizam e do objetivo em que elas visam, por isso se enquadram na avaliação por tempo. As avaliações formativa e somativa também se caracterizam em função do momento em que se realizam e o seu objetivo de utilização, se enquadrando também nessa característica de avaliação.

▪ Avaliação Ex-ante e Ex-post

→ AVALIAÇÃO EX-ANTE

A avaliação ex-ante se realiza antes do investimento e da operação da política pública desejada. Busca antecipar fatores que são considerados nas tomadas de decisão.

Ela permite estimar tanto os custos como os impactos e assim, tomar a decisão de implementar ou não determinada política.

A partir dela é possível priorizar diversas políticas e identificar a melhor alternativa para se alcançar objetivos pretendidos.

CARACTERÍSTICAS DE UMA BOA AVALIAÇÃO

- Relevância
- Validade
- Confiabilidade
- Percibilidade
- Isenção
- Responsabilidade

A avaliação ex-ante proporciona critérios racionais para realizar decisão qualitativa como:

1. A política pública deve ou não ser implementada?
2. Permite ordenar projetos segundo eficiência para alcançar objetivos perseguidos;
3. Análise custo-benefício (ACB) e análise custo-Efetividade (ACE) são metodologias que permitem realizar avaliação ex-ante;
4. ACB é mais adequada para projetos econômicos;
5. ACE é mais adequada para projetos sociais.

(COHEN & FRANCO, 2000)



Análise Custo-Benefício (ACB):

Parte de um princípio muito simples que é o de comparar os custos com os benefícios econômicos da política pública. Se estes são maiores que os custos, existe uma primeira indicação de que a política deveria ser aprovada.

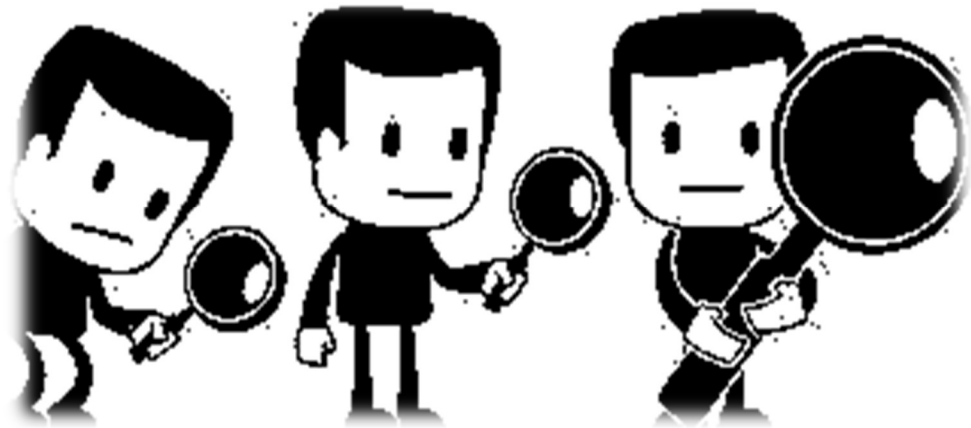
Análise Custo-Efetividade (ACE):

Compara os custos com a possibilidade de alcançar eficientemente os objetivos da política pública. Determina em que medida a política alcançará ou alcançou seus objetivos, que mudanças produzirão ou produziram na população-objetivo e quais são seus efeitos secundários ou sua eficácia.

→ AVALIAÇÃO EX-POST

A avaliação ex-post ocorre quando a política pública está em processo de execução ou já foi concluída. As decisões são fundamentadas nos resultados alcançados.

1. Quando a política pública ainda está em **execução**, a avaliação ex-post serve para estabelecer a continuidade ou não dessa política, de acordo com os resultados obtidos com esse procedimento. Também serve para fazer modificações, se necessário. É feita uma análise da eficiência operacional;
2. Quando a política pública já foi **concluída**, serve para indicar se a política tem um modelo adequado para a aplicação em novas políticas semelhantes, ou mesmo se deve ser interrompida a utilização desse mesmo modelo. É feita uma análise dos impactos causados. (COHEN & FRANCO, 2000)



▪ Avaliação Formativa e Somativa

→ AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa, também conhecida como de processo, tem como objetivo investigar o funcionamento da política, entre eles, observar suas etapas, mecanismos e processos. Assim, procura fazer uma articulação entre os meios e os fins, possibilitando estabelecer dessa maneira, sua compatibilidade ou não, com as estratégias propostas para o alcance dos resultados. (TREVISAN & BELLEN, 2008)



Esse tipo de avaliação busca fornecer informações para superar problemas apresentados na política pública, durante a implementação. Tem a **função de gerar feedback para aqueles que estão diretamente ligados aos processos desta etapa**, com o intuito de possibilitar possíveis correções.

Foca nos processos e não nos resultados, pois o que interessa são os aspectos relacionados com a formação da política, enquanto está em funcionamento. Por isso, é desenvolvida durante o processo de implementação da política avaliada.

→ AVALIAÇÃO SOMATIVA

A avaliação somativa é focada nos resultados. Analisa em que medida a política atingiu os resultados esperados por aqueles que as formularam. Entretanto, essa análise de resultados pode ser caracterizada como **resultados esperados e resultados não-esperados**. Diz respeito as consequências geradas e as consequências que não foram antecipadas pela política pública, no plano de implementação. (TREVISAN & BELLEN, 2008)



Busca fazer a análise e produzir informações que contribuam nas decisões relativas à continuidade, encerramento, ampliação ou adoção da política pública avaliada. Identifica até que ponto os objetivos propostos foram atingidos.



4.2.AVALIAÇÃO POR REALIZADOR

É possível diferenciar as avaliações através daqueles que as realizam. Pode ser externa ou interna, quando diferenciadas pela participação ou não do avaliador na equipe gestora da política pública. Avaliação mista, quando podem combinar os dois tipos citados anteriormente. E participativa, quando incorpora também os beneficiários no processo de avaliação.

▪ Avaliação Interna, Externa e Mista

→ AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação interna tem como característica a realização da avaliação pela própria organização que gere a política pública. Esse tipo de avaliação consegue superar dificuldades vivenciadas pela avaliação externa, já que os beneficiários, geralmente fonte de dados para a avaliação, passam as informações para os próprios gestores, que são pessoas que já lidam diretamente com esses indivíduos. (COHEN & FRANCO, 2000)

Apesar da avaliação interna apresentar pontos positivos, alguns pontos negativos podem ser identificados, como por exemplo:

- 1) Esses avaliadores podem ter ideias já formadas por diversos interesses, diminuindo que a avaliação seja independente e imparcial; e
- 2) Não consegue eliminar o conflito de interesses entre aqueles que estão gerindo a política pública.

→ AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa é aquela realizada por pessoas que não pertencem à organização que implementa e operacionaliza a política pública. Esses avaliadores, geralmente, teriam mais experiências em avaliação, comparando resultados com outras políticas públicas semelhantes, em termos de eficácia e eficiência. (COHEN & FRANCO, 2000)

PONTO FORTE

O Avaliador conhece a metodologia de avaliação

PONTO FRACO

O Avaliador não tem conhecimento das particularidades da política pública e da área que ela está sendo aplicada.



→ AVALIAÇÃO MISTA

A avaliação mista combina as avaliações externas e internas. O objetivo é que os avaliadores externos possam realizar seu trabalho juntamente com a participação dos gestores da política pública. Deseja, com isso, poder superar dificuldades apresentadas, mantendo os benefícios das duas avaliações. (COHEN & FRANCO, 2000)

***COMO CONTRATAR UMA EQUIPE DE AVALIAÇÃO?**

Para contratar uma equipe de avaliação, deve ser aberto um edital de licitação do serviço, como está posto na Lei Nº 8666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, como pode ser visto no Artigo II, da seção I, dos princípios:

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei (Lei Nº 8666/93).

As equipes de avaliação interessadas em participar da concorrência, devem responder ao edital com um plano de avaliação contendo minimamente, a definição dos termos que foram utilizados, as possibilidades e as limitações da avaliação, os objetivos, a abordagem metodológica que será utilizada, os produtos, os custos, a equipe principal e o cronograma preliminar da avaliação. Feito isso, serão feitas as análises das propostas e, ainda de acordo com o que está posto na Lei 8666/93, vencerá a concorrência, a equipe que tenha a proposta mais vantajosa.

Lembre-se!

O gestor público só pode
fazer o que está previsto
em Lei.

4.3. AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

A avaliação participativa tem como objetivo diminuir a distância entre o avaliador e os beneficiários. O público-alvo é incluído no processo como avaliador e não apenas como avaliado. (COHEN & FRANCO, 2000)

A utilização da participação, nesse processo, visa possibilitar o apoio do grupo beneficiário no planejamento, programação, execução, operação e avaliação da política social. Com isso, a implementação da política se adapta com a população afetada por ele.

IMPORTANTE

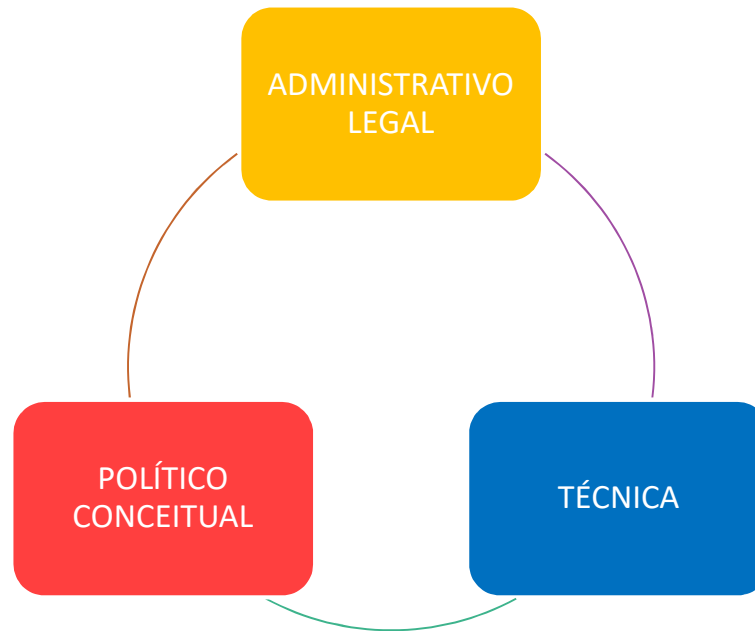
Avaliação passa a ser ferramenta para garantir:

- Racionalização na tomada de decisão;
- Responsabilização do implementador;
- Transparência na implementação;
- Prestação de contas do Estado.



5. AVALIAÇÃO NA PRÁTICA

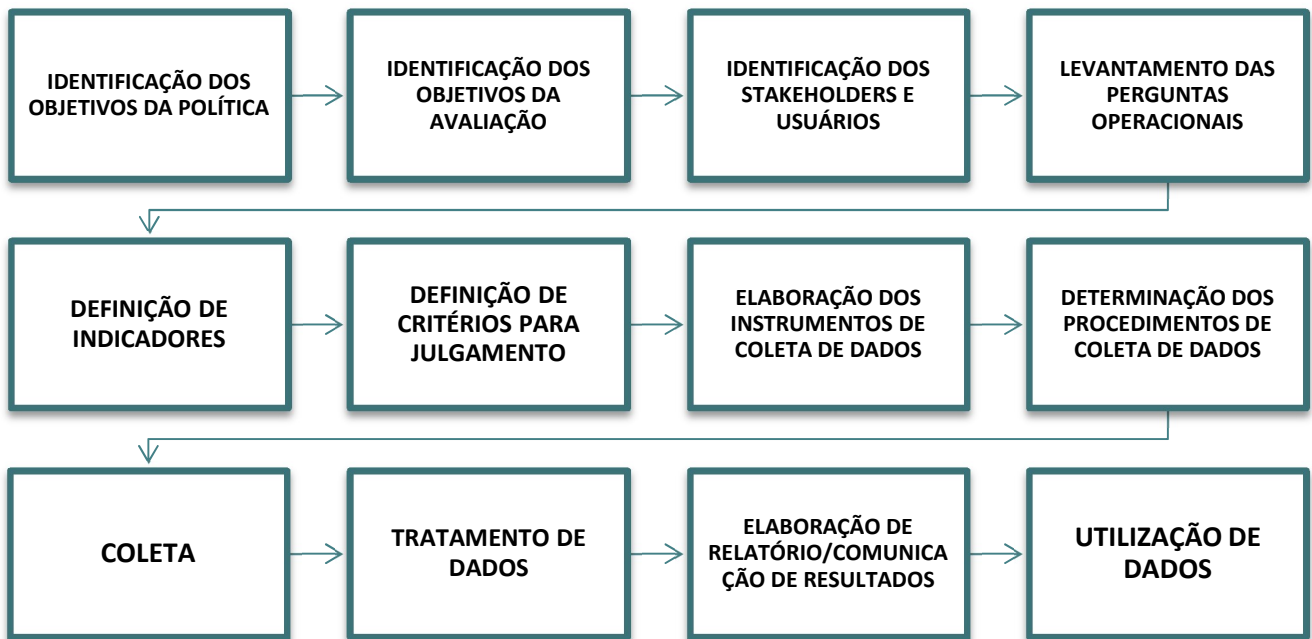
5.1. DELINEAMENTO DA AVALIAÇÃO



Para uma avaliação de política pública mais eficiente, é preciso focar em três quesitos importantes para a sua elaboração:

- **Administrativo-legal**: procura verificar, entre outros, se foram atingidos os princípios da legalidade e eficiência administrativa, além do respeito aos direitos básicos dos destinatários;
- **Político-conceitual**: busca observar a percepção dos beneficiários da política pública, se realmente existe legitimidade no processo de elaboração, se houve a participação de atores nas etapas de construção e implementação dessa política, como também os impactos gerados por ela; e
- **Técnica**: tem o objetivo de melhorar o nível de consecução de metas, proporcionando a eficácia, a menor utilização de recursos e a eficiência econômica. (DANTAS, material didático sala de aula, 2015)

5.2.FLUXO DA AVALIAÇÃO



O Fluxo da Avaliação é um tipo de organização que auxilia a visualizar e interpretar, e que também organiza a avaliação em fases sequenciais, e que são dependentes entre si. Proporciona uma organização de como se dará a evolução da avaliação e o tempo usado para sua melhor consecução, fazendo com que visualize, de maneira dinâmica, as suas fases.

Dessa forma, utilizando esse tipo de organização, pode-se calcular, aproximadamente, o tempo que será gasto desde o início até a conclusão da avaliação, como também, todos os recursos, econômicos ou não, que serão gastos para a sua execução.

Isso ajudará na hora da captação de recursos econômicos para executar a avaliação, pois fará com que se tenha um controle do que será realmente necessário, causando menores erros de gastos e falta de recursos para a continuação dessa avaliação. (DANTAS, material didático sala de aula, 2015)

- Um instrumento de metodologia que é amplamente utilizado para a esquematização do planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, é conhecido como **Marco Lógico**.

5.3.MARCO LÓGICO

O Marco Lógico é uma metodologia que serve tanto ao planejamento como à preparação e avaliação de políticas: estrutura a política, estabelecendo categorias de intervenção ordenadas, da mais ampla e complexa para a mais estrita, de maneira simples e específica, e cada uma delas com suas respectivas metas, que são denominadas de “indicadores”.

Ainda se têm os “Meios de verificação”, que serão descritas as fontes e como serão verificados esses indicadores, e também os “Pressupostos”, que serão descritas as devidas suposições e fatores externos que possam influenciar o projeto.

Matriz do Marco Lógico:

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
Finalidade			
Propósito			
Componentes			
Atividades			

Como produto dessa metodologia se tem a Matriz do Marco lógico (MML), sendo desenhada 4x4, começando, embaixo, com o nível mais básico denominado “Atividades”, até o mais complexo e global, denominado “Finalidade”. (RUA, 2015, p. 1)

SAIBA QUE 

Existem situações em que avaliações são difíceis de executar porque os objetivos da política pública não estão claros. Em outras, os objetivos são explícitos, mas só servem para fins simbólicos.

5.4.INDICADORES SOCIAIS

O que são? Para que servem?

Os indicadores são instrumentos de mensuração que permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda. Os indicadores servem para apontar, para indicar possibilidades de caminhos.

Três usos de indicadores para a gestão pública:

1º Contribuem para as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais em diferentes esferas do governo.

2º Possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil.

3º Permitem um maior aprofundamento da investigação acadêmica sobre as mudanças sociais e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

(JANNUZZI, 2005)

Propriedades desejáveis para um indicador social:

Relevância: Relevância para a agenda político-social.

Validade: Diz respeito à proximidade entre o indicador e o que é indicado.

Confiabilidade: Qualidade do levantamento dos dados utilizados na construção do indicador.

Cobertura: Ter uma cobertura populacional e espacial sobre a realidade analisada.

Sensibilidade: Possibilidade de avaliar rapidamente os efeitos, ou não efeitos de determinada intervenção.

Comunicabilidade: Tem a finalidade de garantir a transparência das decisões tomadas.

Periodicidade: Ser possível de enxergar as mudanças ocorridas periodicamente.

Comparabilidade: Permite a inferência de tendências e a avaliar efeitos de eventuais programas sociais implementados.

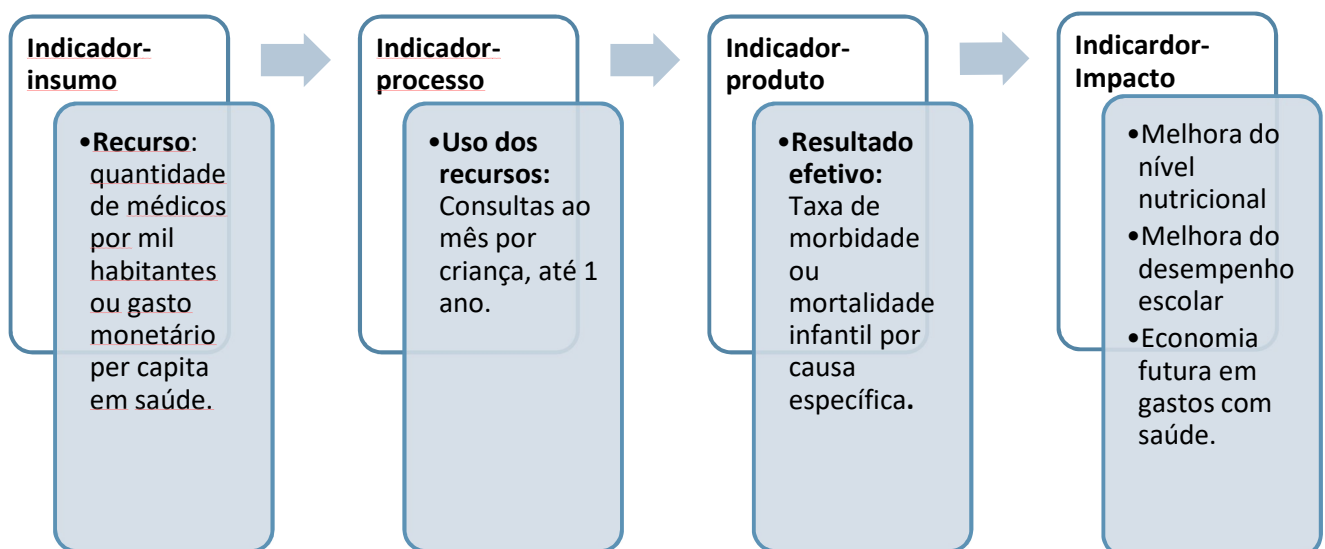
▪ Tipos de Indicadores

Há uma classificação de indicadores sociais, muito importante para avaliar e formular políticas públicas em que os indicadores são divididos em quatro tipos:

- **Indicadores-insumo:** correspondem as medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou de equipamentos alocados para um processo ou um programa que afeta uma das dimensões da realidade social.
- **Indicadores-processo:** são indicadores que traduzem de forma quantitativa o esforço operacional da alocação dos recursos humanos, físicos ou financeiros, para obtenção de melhorias de bem-estar.
- **Indicadores-produto:** São mais vinculados as dimensões dos estudos da realidade social (algo concreto) referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos, são medidas representativas das condições de vida.
- **Indicadores-impacto:** São referentes aos efeitos e desdobramentos mais gerais, antecipados ou não, positivos ou não, que decorrem da implantação dos programas.

(JANNUZZI, 2005)

Uso dos tipos de Indicadores:



Jannuzzi, 2005

Accountability - É um termo inglês, que não possui tradução exata. A tradução deste termo é normalmente associada à palavra “responsabilização”, ou seja, o gestor é responsável pelas decisões em qualquer nível. Ainda na esfera pública, este termo está relacionado à fiscalização, avaliação e prestação de contas. (PORTAL ADMINISTRAÇÃO, 2015)

Atores - São os indivíduos, os grupos ou organizações que desempenham um papel nos conflitos políticos. Em um processo de política pública, os atores relevantes são aqueles capazes de influenciar direta ou indiretamente no processo decisório do conteúdo e o resultado das políticas públicas (SECCHI, 2008, p. 14).

Avaliabilidade - conjunto de procedimentos que precedem a etapa da avaliação. São considerados fundamentais para a caracterização do processo de avaliação apontando para sua utilidade e oportunidade (ASSIS, 2010).

Controle Social - É a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública no acompanhamento das políticas, um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania (MDS, 2015).

Efetividade - Está ligada ao resultado concreto dos resultados obtidos, aos impactos gerados pelas metas alcançadas.

Eficácia - É o cumprimento de metas, dentro de um determinado período de tempo. É a relação entre os resultados pretendidos e os resultados obtidos.

Eficiência - É a obtenção dos resultados com menor custo, e maior benefício. Administrar bem os custos, sem desperdícios.

Exequibilidade - Termo utilizado para propostas que possuem condições de serem executadas.

Monitoramento - Exame contínuo ou periódico durante a etapa de operação da política pública. Realiza-se com vista a controlar o cumprimento dos prazos das atividades programadas e a utilização dos recursos (CEPAL, 1997, p. 10)

Stakeholder - Termo em inglês utilizado, principalmente, nas áreas de comunicação, administração e tecnologia da informação, tem como objetivo direcionar pessoas e grupos mais importantes para um planejamento estratégico. Na avaliação de políticas públicas o stakeholder é visto como o tomador de decisões. (PORTAL ADMINISTRAÇÃO, 2015)

ONDE PESQUISAMOS

ARMANI, Domingos. **COMO ELABORAR PROJETOS?** Guia para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001 (Coleção Amencar).

ASSIS, Ana Maria Johnson de. et al. Estudo de avaliabilidade da rede de formação de Recursos Humanos da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. **CAD. SAÚDE COLET.**, 2010, Rio de Janeiro, 18 (4): 560-71.

BRASIL. **ENTENDENDO O SUS.** Cartilha formulada pelo Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Guia de Atitude. **REFLEXÕES E PRÁTICAS PARA O MONITORAMENTO E A AÇÃO POLÍTICA.** Guia formulado pelas ONGs Cipó Comunicação Interativa e Rede Sou de Atitude, 2008.

CEPAL. **MANUAL DE FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS.** Manual preparado por PROPOSAL para o Curso de Formulação, Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais - CEPAL/ OEA/ CENDEC, 1997.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS.** São Paulo, SP: Editora Vozes. pp.108-117, capítulo 6, 2000.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **RSP**, Brasília, 49(2): 103-124, abr/jun 1998.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **RSP**, Brasília, 56(2): 137-160, abr/jun 2005.

MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/controlesocial>>. Acesso em 19 de abril de 2015.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO. **STAKEHOLDERS: DO SIGNIFICADO À CLASSIFICAÇÃO.** Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/07/stakeholders-significado-classificacao.html>>. Acesso em 13 de ago. 2015.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO. **GOVERNANÇA, GOVERNABILIDADE E ACCOUNTABILITY.** Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2015/04/governanca-governabilidade-accountability.html>>. Acesso em 13 de ago. 2015.

RUA, Maria das Graças. **A APLICAÇÃO PRÁTICA DO MARCO LÓGICO.** Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAvaliacao_pratica_marco_logico.pdf>. Acesso em: 12 de ago. 2015.

SECCHI, Leonardo. **POLÍTICAS PÚBLICAS:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2ª Edição. 2013.

TREVISAN, Andrei Pittol. BELLEN, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP.** FGV. Rio de Janeiro 42(3): 529-50, maio/junho. 2008.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (São Paulo). Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). **MODELOS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS PRIORITÁRIOS. RELATÓRIO FINAL.** Campinas, 1999. 133 p.

